

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.374.564 - SP (2018/0256717-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : LIANE CHAVES RIBEIRO MARQUES
ADVOGADO : MARIA DO CARMO DIECKMANN TROIANI E OUTRO(S) -
SP030748
AGRAVADO : HÉLIO DE MORAES E MARQUES
ADVOGADO : ANA LUCIA NOBREGA E SILVA E OUTRO(S) - SP050349

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DISPOSITIVOS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. SÚMULAS NS. 284/STF E 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por LIANE CHAVES RIBEIRO MARQUES contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 670):

REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PEDIDO CONTRAPOSTO. Posse discutida após a separação judicial dos demandantes. Autor que recebeu o imóvel em questão em doação gravada com cláusula de incomunicabilidade e inalienabilidade. Convenção posterior em separação judicial que estabelece o condomínio do imóvel. Irrelevância. Cláusula de incomunicabilidade e inalienabilidade que se sobrepõe a posterior avença estabelecida em separação judicial. Notificação da ré e citação para o interdito possessório que determinam a caracterização do esbulho. Reintegração de posse deferida. Pedido de indenização deduzido de forma genérica, sem provas do prejuízo. Pedido parcialmente procedente. Recurso parcialmente provido.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 686-692).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta que o acórdão foi omissivo com relação aos fatos comprovados nos autos de que o imóvel foi adquirido na constância do casamento e a Sra. Maria Terezinha Teixeira não dispunha de condições econômicas para adquirir o terreno em questão. Sustenta contraditório o acórdão que baseado na mesma prova que fundamentou a improcedência da ação de reintegração pelo juízo e o desprovimento do agravo de instrumento da decisão que concedeu a liminar à ora recorrente, dá provimento ao recurso do autor para reformar a sentença. Aduz violados os arts. 110, 1200, 1.210 e 1.211 do Código Civil. Afirma patente que o próprio recorrido assumiu expressamente, na inicial da separação, que o imóvel é comum e que à então esposa caberia 50% do mesmo. Defende que o acórdão desprezou provas documentais da mais alta relevância. Aduz violados, ainda, os arts. 1.660, IV, do CC, porque, ainda que tenha havido doação, a casa foi construída na constância do casamento; 556 do CPC, pois seu pedido não foi só pela improcedência da ação, mas para ser mantida no imóvel até a divisão igualitária do produto da venda e indenização pelos prejuízos decorrentes da turbação sofrida. Por fim, aponta ofensa aos arts. 371 e 489, II, do CPC, diante da má valoração da prova.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1468-1497).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Com relação à alegada violação ao art. 489, II, do CPC, não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia posta.

No caso, o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio de forma suficientemente ampla e fundamentada, consignando que existe comprovação de doação do referido bem imóvel em favor do apelante com cláusula de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, situação jurídica que afasta a comunhão do bem imóvel, na forma do artigo 1.659, I, do Código Civil. Deixou expresso, ainda, que (e-STJ fl. 671):

Superior Tribunal de Justiça

No mais, no caso, consoante se verifica das provas produzidas nos autos, na separação consensual avençada entre os litigantes, especificamente as fls. 33 dos autos, restou acordado que os bens imóveis seriam mantidos em condomínio, em partes iguais, para ambos os cônjuges.

Ademais, existe comprovação de doação do referido bem imóvel em favor do apelante, inclusive em situação jurídica que afasta a comunhão do bem imóvel, na forma do artigo 1.659, inciso I, do Código Civil, já que os litigantes, na época da doação, conforme constou da matrícula do imóvel (fls. 20/23), eram casados sob o regime da comunhão parcial de bens, doação que foi gravada, consoante se vê as fls. 23 (Av. 10/5.023), com cláusula de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.

E, assim sendo, na verdade, mesmo existindo ato posterior, celebrado perante Juízo Competente (fls. 38/39), consistente na separação judicial dos demandantes, em que foi pactuada a instituição de condomínio sobre o imóvel, tal convenção não tem o condão de se sobrepor a cláusula de inalienabilidade, pois na doação deve ser observado o objetivo do doador que, ao gravar o bem com cláusula de inalienabilidade, tinha por fim proteger o donatário e assegurar que o bem permaneça em sua propriedade e, desta forma, se o objetivo do doador era a proteção do patrimônio transferido ao donatário, não há razão para que considere como aperfeiçoada a partilha em processo de separação judicial.

No acórdão dos embargos de declaração opostos pela ora recorrente, ficou asseverado que (e-STJ fls. 688-690):

Na verdade, o Acórdão questionado, apreciando as provas documentais de fls. 20/23, 33, 38/39, 43/57 e fls. 326/330, expressamente reconheceu que o embargado recebeu o bem imóvel em questão por meio de doação gravada de incomunicabilidade e inalienabilidade, o que se sobrepôs à avença posterior de meação em separação judicial. Nesse sentido, conforme restou decidido:

[...]

Além de que, ao contrário do que sustenta a embargante, não existe contradição entre o Acórdão combatido e o Acórdão proferido em agravo de instrumento, que apenas apreciou pedido liminar de reintegração de posse deduzido pelo embargado, pois, como é cediço, a decisão final de mérito goza de juízo exauriente e, ainda, mais, conforme restou decidido

Superior Tribunal de Justiça

naquele momento, ou seja, em sede de agravo de instrumento, a matéria dependia de efetiva dilação probatória, que foi produzida no curso da demanda, permitindo, assim, o julgamento do pedido de reintegração de posse.

Como se vê, a negativa de prestação jurisdicional não restou configurada.

O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à pretensão da parte não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Por outro lado, a fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada.

Vale lembrar que, mesmo à luz do art. 489 do CPC, o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pela parte, mas apenas sobre aqueles capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo órgão julgador.

Assim, inexistente violação aos arts. 489, II, do CPC.

Quanto à alegada ofensa aos arts. 110, 1200, 1.210 e 1.211 do CC; 371 e 556 do CPC, exsurge deficiente a fundamentação recursal, pois o recorrente limita-se tecer considerações sobre o processado, a citar e a transcrever os dispositivos supostamente violados, deixando de informar, de forma clara e objetiva, de que modo cada um dos dispositivos teria sido violado ou negada sua aplicação no acórdão recorrido. Assim, não conheço do recurso, ante a incidência da Súmula 284/STF.

No que toca a alegada violação ao art. 1.660, IV, do CC, no que diz respeito ao fato de que somente o terreno foi doado e que a casa teria sido construída na constância do casamento, verifica-se, da leitura do acórdão recorrido, que o Tribunal de origem, apesar de opostos embargos declaratórios, não se manifestou acerca do mencionado argumento, de modo a viabilizar o requisito do prequestionamento, indispensável ao conhecimento do recurso especial. Incide, à espécie, o óbice disposto na Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO REIVINDICATÓRIA. PREQUESTIONAMENTO.**

Superior Tribunal de Justiça

AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL. COMPROVAÇÃO DO DOMÍNIO. DENUNCIAÇÃO À LIDE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.**

4. Reapreciar as conclusões do aresto impugnado encontra óbice na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça diante da necessidade de reexame das circunstâncias fáticas da causa.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 704.352/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018) - g.n.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

1. **A ausência de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 211 do STJ.**

1.1. Inexistência de alegação de violação do artigo 535 do CPC/73 - vigente à época - a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

2. A decisão proferida pelo Tribunal de origem está em consonância com o entendimento desta Corte Superior, no tocante à validade da cláusula contratual de eleição de foro, atraindo a incidência da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 609.045/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017) - g.n

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

